

Índice

Nº	Título	Suporte	Programa / Caderno	Data	Página
1	Subsídios mais de 80 dos trabalhadores do privado já não recebiam duo ...	DIARIO DE NOTICIAS	PRINCIPAL	2017/11/25	2
2	Governo tira poder às câmaras no IMI	JORNAL DE NOTICIAS	PRINCIPAL	2017/11/25	5



SUBSÍDIOS MAIS DE 80% DOS TRABALHADORES DO PRIVADO JÁ NÃO RECEBIAM DUODÉCIMOS

PCP justifica votação com poucos trabalhadores com subsídio parcelado. Comércio antecipa ganhos em 2018. **PÁGS. 16 E 17**



Portugal

Uma resposta ao "enorme aumento" de impostos

► O regime de duodécimos para os subsídios de Natal e de Férias foi definido pelo então ministro das Finanças, Vítor Gaspar, que o justificou como sendo uma medida para atenuar o impacto do aumento de impostos, através da taxa de retenção na fonte e da sobretaxa de 3,5%, nos ordenados no setor público e privado. A medida foi aprovada em outubro de 2012, um ano e quatro meses depois de entrar em funções o governo de Pedro Passos Coelho, e entrou em vigor em janeiro de 2013 para a administração pública e em fevereiro para os privados.



J. GONCALVES/AG. LUSA

está a ser feita pelo PSD", acusou - referindo-se ao facto de este partido ter sido o único a votar contra a alteração aprovada no Parlamento. "97% dos trabalhadores do setor privado exigem o pagamento do subsídio nos momentos em que estes são devidos", garantiu, acrescentando ainda que "mais de metade" dos que continuaram a receber estes valores diluídos nos vencimentos mensais só o fizeram "porque já não foram a tempo" de se opor.

O PCP lembra ainda a situação dos aposentados e dos trabalhadores do Estado, para os quais não existia a opção de rejeitar os duodécimos, defendendo estar apenas em causa "voltar a aplicar as regras da legislação laboral".

"Nunca desistimos de voltar a aplicar as regras da legislação laboral, suspensas pelo governo anterior", lembrou. E não estávamos de acordo porque aquela possibilidade de pagamento dos subsídios em duodécimos tinha como verdadeiro objetivo acabar com os subsídios, diluindo os subsídios até ninguém se lembrar mais de que eles existiam. A prazo conduziria à sua extinção", acusou.

Com a entrada em vigor do OE 2018, só serão permitidos pagamentos fracionados "nos termos em que a legislação laboral permitir". Ou seja: nos casos em que existem acordos coletivos que o preveem.

Medida vai animar comércio

Menos dinheiro ao fim do mês, mais para as férias e para o Natal. E, com isso, novo fôlego para as empresas que mais apostam nesta quadra. Os duodécimos acabam em janeiro para o setor privado e, dizem os especialistas, haverá nova disponibilidade para a corrida aos presentes, que se perdeu nos últimos anos.

"O pagamento de duodécimos, ainda que fosse opcional para o setor privado, aumentava o ganho mensal, mas tinha a contrapartida de no Natal haver menos disponibilidade para gastar", adiantou ao Dinheiro Vivo Pedro Pimentel, diretor-geral da Centromarca - Associação Portuguesa das Empresas de Produtos de Marca, que, desde a criação da opção de pagamento de um subsídio (50% do subsídio de férias e 50% do subsídio de Natal) diluído por 12 meses, notava "algumas restrições no período do Natal", que pesavam no balanço das retalhistas que mais apostam nesta época.

Mais de 80% do setor privado já não recebia duodécimos

Rendimento. Especialistas em consumo acreditam que regresso ao pagamento por inteiro do subsídio de Natal, em 2018, vai estimular comércio

PEDRO SOUSA TAVARES e ANA MARGARIDA PINHEIRO

Mais de 80% dos trabalhadores do setor privado já receberam os seus subsídios por inteiro neste ano, ao contrário da função pública e dos pensionistas. A percentagem foi confirmada ao DN por fonte oficial do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social

(MTSS). O PCP garante ter recebido do mesmo ministério a confirmação de que o número é ainda mais esmagador: da ordem dos 97%. Uma informação que o governo não quis confirmar ou desmentir. Ainda assim, o fim da opção pelos duodécimos no Orçamento do Estado para 2018 é criticada pelos representantes dos patrões, enquanto o setor do comércio antecipam ganhos no Natal do ano que vem.

Os 97% de trabalhadores do setor privado que já terão optado, em 2017, pelos subsídios de férias e de Natal por inteiro foram avançados ao DN pelo deputado João Oliveira - o qual atribuiu a informação ao MTSS - quando questionado sobre a eventual impopularidade da decisão no setor.

"Temos precisamente os trabalhadores do nosso lado", disse ao DN. "Isto é apenas uma guerra que

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Mais receita fiscal assegura défice

► O défice orçamental caiu para 1,8 mil milhões de euros no período de janeiro a outubro de 2017, menos 59% do que em 2016, graças a um aumento da receita fiscal de 4,2% e à estabilização da despesa. Com este resultado, o governo diz que "garante o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Orçamento do Estado" - a redução do défice de 2% do produto interno bruto em 2016 para 1,4% do PIB neste ano. A grande alavanca da "melhoria" do défice continua a ser a receita de impostos, que "aumentou 5,7% até outubro". A coleta de IVA subiu 7,7%, o IRC aumentou 20,9% e o IRS cresceu 4%, traduzindo o bom momento do mercado de trabalho. A despesa sem juros está praticamente estagnada (cresceu apenas 0,2%), destacando-se o aumento de 27,7% no investimento e a subida de 4,5% nos gastos do Serviço Nacional de Saúde.

Diferença de rendimento mensal

Salário mensal	2017									2018				Diferença rendimento líquido	
	Duodécimos		Retenção na fonte mensal			Segurança Social			Sobretaxa	Rendimento Líquido Mensal	Retenção na fonte mensal	Segurança Social	Sobretaxa		Rendimento Líquido Mensal
	Subsídio de Férias	Subsídio de Natal	Salário Mensal	Duodécimos Subs. de Férias	Duodécimos Subs. de Natal	Salário Mensal	Duodécimos Subs. de Férias	Duodécimos Subs. de Natal							
557 €	23,21 €	23,21 €	0 €	0 €	0 €	61,27 €	2,55 €	2,55 €	0,00 €	537,05 €	0 €	61,27 €	0,00 €	495,73 €	-41,32 €
1000 €	41,67 €	41,67 €	125 €	5 €	5 €	110,00 €	4,58 €	4,58 €	0,00 €	829,17 €	125 €	110,00 €	0,00 €	765,00 €	-84,17 €
1500 €	62,50 €	62,50 €	277 €	11 €	11 €	165,00 €	6,88 €	6,88 €	0,00 €	1147,24 €	277 €	165,00 €	0,00 €	1058,00 €	-89,24 €



“Notou-se uma quebra clara do consumo no Natal” com a diluição do 14.º mês de salário, repete Mafalda Ferreira. A especialista em consumo no IPAM lembra que, associada a uma nova lógica de consumo a que a crise também obrigou, a metade do subsídio que restava levou a uma redução do valor gasto em compras de Natal.

Os duodécimos nasceram em 2013, como forma de mitigar o “enorme aumento de impostos” de Vítor Gaspar. Nessa altura, um solteiro sem filhos que ganhava, em 2012, mil euros brutos via cair na conta 790 euros. Um ano depois, com o aumento dos escalões de IRS e a introdução da sobretaxa no valor de 3,5%, passou a receber 745 euros líquidos. Eram menos 44,45 euros por mês que a escolha dos duodécimos (à volta de 17 euros mensais) reduzia para 26 euros.

“É óbvio que em 2013 a quebra do consumo habitual dos portugueses teria sido muito maior se não tivessem sido os duodécimos”, assume Pedro Pimentel, lembrando que, por esta via, o consumo privado não contraiu tanto quando se esperava.

Em janeiro, um trabalhador com salário mínimo que há um ano tenha pedido duodécimos vai receber menos 41 euros, mostra a Deloitte. Para um vencimento de mil euros são menos 64 euros por mês. Mas a mudança não deverá reverter o consumo, diz Mafalda Ferreira. “Poderá sentir-se alguma diferença, mas há mais confiança.” Mesmo assim, haverá grande preocupação com o preço. “A compra em ambiente promocional vai manter-se, ao mesmo tempo que se abdica da qualidade em função da variável preço”, acrescenta.

Também não haverá efeitos para as contas de Mário Centeno, diz Luís León. O fiscalista da Deloitte assume que, do ponto de vista técnico, o fim da diluição dos subsídios não terá “impacto orçamental” nem pela via da despesa privada nem pela via dos impostos, já que tem um efeito neutro. “A questão dos duodécimos não é quanto, porque o valor dos subsídios é sempre o mesmo, é quando”, diz, assumindo que “tecnicamente não havia mal nenhum em haver uma opção para o privado”, ainda que pudesse causar “alguma surpresa haver uma opção para o privado e não para o público”. O especialista sublinha ainda que “a grande maioria dos trabalhadores não recebe em duodécimos”.

Os patrões criticam a “carga administrativa” que os pagamentos condensados “em dois momentos” do ano vêm gerar à tesouraria das empresas. “Vem perturbar a vida das empresas na sua carga administrativa”, disse ontem António Saraiva, presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP).

APROVADO

INCÊNDIOS

› 186 milhões

O Parlamento aprovou ontem, por unanimidade, o pacote de 186 milhões de euros para apoios, combate, prevenção de incêndios e indemnizações pelas mortes e ferimentos graves nos fogos de junho e outubro deste ano.

MANUAIS ESCOLARES

› **Gratuito** Os manuais escolares dos 5º e 6º anos de escolaridade passarão a ser gratuitos em 2018, depois de o Parlamento ter aprovado em especialidade as propostas do BE e do PCP neste sentido.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS

› **Imposto do selo** O agravamento do imposto do selo sobre as operações financeiras no próximo ano foi aprovado na especialidade, com os votos favoráveis do PS, do BE e do PCP e com os votos contra do PSD e do CDS-PP.

DERRAMA

› Lucros acima de 35 milhões

As propostas de alteração ao Orçamento do Estado para 2018 de BE e do PCP para aumentar a derrama das empresas com lucros superiores a 35 milhões de euros foram aprovadas na especialidade.

PASSE ESCOLAR

› Desconto para jovens

Os deputados aprovaram, na especialidade, uma proposta de “Os Verdes” para que todos os estudantes entre os 4 e os 18 anos tenham um desconto de 25% no passe de transportes, mesmo que não tenham apoio social.

● Atribuição de isenções volta à responsabilidade da administração central ● Saiba as principais medidas do Orçamento do Estado Páginas 6 a 8

Governo tira poder às câmaras no IMI



Primeiro Plano



Orçamento a votos

Leite com chocolate tem mais açúcar

O deputado do PAN defendeu que o leite achocolatado deve passar a ser tributado como as bebidas açucaradas por ter um teor de açúcar superior ao de alguns refrigerantes. André Silva ilustrou com garrafas de dois refrigerantes mais consumidos - "ice tea" e colas - para demonstrar que estas bebidas, tributadas em sede de impostos especiais de consumo, são menos açucaradas do que os leites achocolatados, que não são tributados. "Nativo não sei se é, lá docinho será com certeza", criticou.



OE Câmara do Porto contra restrição na autonomia de decidir como aplica receitas próprias no seu território

Carla Sofia Luz
carlaluz@jn.pt

► As câmaras vão deixar de decidir a quem concedem isenções do IMI e do IMT, no âmbito da política municipal de reabilitação urbana, apesar de ambos os impostos serem uma receita exclusiva das autarquias. O Governo socialista deu-lhes essa faculdade, mas volta a retirá-la no próximo ano. A revogação desse direito está inscrita na proposta de Orçamento do Estado (OE) e o município do Porto é o primeiro a contestá-la.

Rui Moreira não aceita que a iniciativa seja impedida de definir como aplica o seu dinheiro e veja limitado o poder de discriminar positivamente ações de regeneração urbana no seu território. E dá voz ao descontentamento na proposta que levará, terça-feira, à votação. Aqui, a autonomia foi sol de pouca dura.

Ao revogar a norma (n.º 20 do artigo 71.º) do Estatuto dos Benefícios Fiscais na proposta de OE, o Executivo retira às assembleias municipais o direito de decidirem o "âmbito" e o "alcance" da atribuição de isenção de IMI (imposto municipal sobre imóveis) e de IMT (imposto municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis) aos prédios alvo de requalificação.

"Novamente é posta em causa a autonomia das autarquias locais, na medida em que se propõe definir, unilateralmente, isenções de IMI e de IMT de apoio à reabilitação urbana, sem que os municípios possam definir o âmbito e o alcance de tais benefícios fiscais", pode ler-se no documento, assinado por Rui Moreira, a que o IN teve acesso. Para o autarca, a Câmara do Porto vê beliscada a sua capacidade financeira, pois, por

Conselho Metropolitano do Porto discutirá este problema no dia 29.

A alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais, no âmbito da reabilitação urbana, não se fica por aqui. O OE também restringe o "espírito de isenções", como adverte a Associação Nacional de Municípios no seu parecer.

Hoje, as câmaras têm liberdade de dar isenção de IMI aos prédios reabilitados por cinco anos, podendo ser renovada por mais cinco anos, seja qual for a vocação final do edifício. Em 2018, o benefício fiscal afunila. A isenção será atribuída pelo prazo máximo de três anos a imóveis recuperados com mais de 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana. Acresce a possibilidade de prorrogar a isenção por mais cinco anos só para os imóveis destinados ao arrendamento de longa duração ou a habitação própria.

Ao arbítrio municipal, o Estado deixa apenas a decisão de autorizar a prorrogação da isenção do IMI por cinco anos, mas impede-o de definir o beneficiário. Da leitura do OE, resulta clara a vontade do Governo de privilegiar a reabilitação de edifícios para habitação, em particular arrendamentos de longa duração. O IN pediu esclarecimentos ao Governo e não teve resposta em tempo útil. ●

Governo tira poder às câmaras para definir isenções no IMI

Em causa a atribuição de benefícios fiscais aos promotores de reabilitação urbana

decisão do Estado, perde receita própria (do IMI e do IMT), sem ter uma palavra a dizer quanto "ao rumo que pretende que a reabilitação na cidade assuma".

Tal como o Porto, outras autarquias do país, que já desenhavam regulamentos municipais para definir as medidas fiscais no apoio à reabilitação urbana, terão de meter esse trabalho na gaveta. O



62

milhões para as vítimas

O OE2018 inclui 62 milhões de euros para indemnizações por morte e ferimentos graves nos incêndios do último verão. Uma verba que integra o pacote de 186 milhões para resposta, combate e prevenção de incêndios.

Marcelo precisa de mais tempo

O presidente da República diz que terá mais trabalho e provavelmente levará mais tempo a analisar o Orçamento do Estado para 2018 do que os dois orçamentos anteriores, que promulgou de imediato. "É possível que demore mais algum tempo para analisar matérias que, entretanto, estão a surgir todos os dias. Há propostas todos os dias, e há votações de vários sentidos. Portanto, para conhecer na especialidade o Orçamento, terei mais trabalho do que com o Orçamento para 2016 ou 2017", declarou.



PS chumba apoios aos paralímpicos

O PS chumbou uma proposta do Bloco que previa a nivelção faseada, até 2021, dos apoios financeiros dados pelo Estado aos atletas paralímpicos relativamente aos olímpicos. Além do BE, votaram a favor o PCP e o CDS. O PSD absteve-se.

PCP contra limpeza pelas câmaras

O PCP votou contra a proposta do PS para que, em 2018, as câmaras limpem terrenos privados ao abandono, imputando depois os custos aos donos. Mesmo assim, a alteração passou e os proprietários terão até 15 de março para limpar em redor das casas.

Mais folga para o Natal de 2018

SUBSÍDIOS Menos dinheiro ao fim do mês, mais para as férias e para o Natal. Os duodécimos acabam em janeiro para o setor privado e, dizem os especialistas, os portugueses ganham disponibilidade financeira para a quadra natalícia, a primeira a ressentir-se com os subsídios faseados.

"O pagamento de duodécimos,

ainda que fosse opcional para o setor privado, aumentava o ganho mensal, mas tinha a contrapartida de no Natal haver menos disponibilidade para gastar", adiantou Pedro Pimentel, diretor-geral da associação Centromarca que, desde a criação da opção de pagamento de um subsídio (50% do subsídio de férias e 50% do subsídio de Na-

tal), notava "algumas restrições". "Notou-se uma quebra clara no Natal" com a diluição do 14.º mês de salário, repete Mafalda Ferreira. A especialista do IPAM lembra que à nova lógica de consumo mais restrito, devido à crise, juntou-se o corte no subsídio, o que levou a uma redução das compras de Natal. A.M.P.

duodécimos + simulações

SOLTEIRO SEM DEPENDENTES

EXEMPLO 1

Rendimento bruto mensal: 557 €

Rendimento líquido mensal

Com duodécimos (2017)	537,05€
Sem duodécimos (2018)	495,73€
Variação de rendimento	-41,32€

EXEMPLO 2

Rendimento bruto mensal: 1000€

Rendimento líquido mensal

Com duodécimos (2017)	829,17€
Sem duodécimos (2018)	765,00€
Variação de rendimento	-64,17€

EXEMPLO 3

Rendimento bruto mensal: 1500€

Rendimento líquido mensal

Com duodécimos (2017)	1147,24€
Sem duodécimos (2018)	1058,00€
Variação de rendimento	-89,24€

Fonte: EY | INFOGRAFIA.NE

Votações Governo acusa PSD de apresentar propostas que custariam mil milhões

Maratona acaba com exclusão do PSD

Alexandra Inácio*

alexandra.inacio@jn.pt

► Seiscentas propostas de alteração ao Orçamento do Estado (OE) foram debatidas e votadas nos últimos três dias, numa maratona, por vezes caótica, com imprevistos, coligações negativas que isolaram o PS e que terminou com o PSD a queixar-se do "rolo compressor" da maioria de Esquerda: nenhuma proposta social-democrata foi aprovada.

O líder parlamentar do PSD confirmou o voto contra na votação final global do OE. Sem novidade, não fosse a revolta de Hugo Soares por as 62 propostas do PSD terem sido chumbadas. A especialidade agravou ainda mais o diploma, criticou, ironizando que uma "boa proposta" mereceu 600 propostas de alteração e "negociações permanentes" para manter o Governo no poder.



Alguém acredita que nas 62 propostas não houvesse uma, uma, uma só, que não pudesse ter mérito para ser aprovada?

Hugo Soares
Líder bancada PSD



Houve propostas aprovadas em anos anteriores. Desta vez não, porque o PSD não levou o debate a sério.

Pedro Nuno Santos
Sec. Estado Assuntos Parlamentares

O Governo justificou a exclusão do PSD por as propostas sociais-democratas custarem "mais de mil milhões de euros" à receita. Segundo o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, só a proposta "cega" de redução do IRC provocaria uma redução da receita de "500 milhões de euros". Pedro Nuno Santos nunca apresentou uma estimativa da fatura das propostas do PS, BE, PCP e PEV.

Os deputados votaram por unanimidade a dotação de 186 milhões para a prevenção e combate aos fogos, assim como os 62 milhões para indemnizar as vítimas. A maratona proporcionou diversas coligações. Dois exemplos: o Governo vai ter de fiscalizar as cantinas escolares porque PSD e CDS viabilizaram as propostas dos parceiros de geringonça; Ilha de Man, Jersey e Uruguai só voltam à lista negra de offshore porque o BE deu a mão à Direita. *COM LUSA

Execução Governo garante meta para 2017

Défice público caiu 59% nos primeiros dez meses deste ano

► O défice público caiu 59%, para 1,8 mil milhões de euros no período de janeiro a outubro de 2017 face aos mesmos dez meses de 2016. Com este resultado, o Governo diz que "garante o cumprimento dos objetivos orçamentais estabelecidos no Orçamento do Estado", isto é, que o défice global em contabilidade nacional cai de 2% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2016, para 1,4% do PIB, este ano. Há um mês, o défice apurado até setembro tinha caído 80%, mas na altura o Governo avisou que nos últimos três meses deste ano ele já não desceria a esse ritmo devido a "fatores" extra que aconteceram no final de 2016 e que afetam as taxas de variação homologas do corrente exercício. Por exemplo, em novembro ocorrerá o pagamento de 50% do subsídio de Natal, o que fará empolar a despesa e travar o ritmo de redução do défice. Além disso, do lado da receita, deve-se ter em conta "a componente temporária do PERES [o perdão fiscal e contributivo]" que empolou muito a receita da reta final de 2016. LUIS REIS RIBEIRO

1845

milhões de euros foi quanto subiu a receita fiscal até outubro, face ao mesmo período de 2016. O Estado arrecadou 34 180,1 milhões de euros em impostos em dez meses. Este aumento é superior ao que estava previsto no Orçamento do Estado para 2017, que era uma subida de 3%.

0,8

por cento foi quanto diminuiu a receita com IRS até outubro, face a igual período de 2016, para 9767,1 milhões de euros.

103

milhões de euros foi quanto aumentaram, em termos homologos, os pagamentos em atraso do Estado.

20,9

por cento foi quanto aumentou a receita com IRC até outubro, face a igual período de 2016.

5,8

por cento foi quanto aumentou a receita do IVA até outubro, pese embora o aumento dos reembolsos em 13,4%.



Primeiro Plano
Orçamento a votos

IRS
TABELA COM MAIS ESCALÕES

Os deputados aprovaram o aumento do número de escalões do IRS, de 5 para 7, desdobrando os atuais 2.º e 3.º escalões, uma medida que o Executivo estima beneficiar cerca de 1,6 milhões de famílias. No mínimo, serão tributados a 14,5% quem ganha até 7091€, e a 48% quem ganha acima de 80 640€.



IRS
MÍNIMO DE EXISTÊNCIA

O valor do mínimo de existência passa a ser atribuído "por titular" e não por agregado e o montante deixará de ter um valor fixo (agora de 8500€), para ser atualizado em função do indexante dos apoios sociais. Além disso, passará a abranger os profissionais liberais, tendo sido incluída uma "cláusula de salvaguarda".



As medidas essenciais :

DINHEIRO
MENOS CATIVAÇÃO



As verbas do Estado que vão ficar retidas e que só poderão ser libertadas com ordem do ministro das Finanças (as cativações) vão ter um limite de 1280,7 milhões de euros (-142,3 milhões ou -90% do valor global inicialmente bloqueado em 2017). Mas vai haver exceções: as despesas deixam de estar cativas no ensino Básico e Secundário, hospitais e transportes. Na saúde, deixam de existir cativações em quatro organismos: Direção-Geral da Saúde, Instituto Nacional de Emergência Médica, Serviço de Utilização Comum dos Hospitais e Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

EMPRESAS
MAIS IMPOSTO

O código do IRC vai ser alterado para contemplar a cobrança, no terceiro e último escalão da derrama estadual de 9%, em vez dos atuais 7%, às entidades com atividade no comércio, indústria ou agricultura com lucros de 35 milhões de euros ou mais. A REN e a Soane são exemplo de empresas que poderão vir a sofrer mais com a mudança.

DESEMPREGADOS
FIM DO CORTE

Os desempregados vão deixar de ter corte de 10% no subsídio de desemprego após seis meses da atribuição.

PENSÕES
AUMENTO DE 6 OU 10 EUROS

Os pensionistas com pensões de valor igual ou inferior a 1,5 vezes o IAS-indexante de apoios sociais (632€) terão um acréscimo mínimo de 6 ou 10€, consoante tenha ou não existido atualização do valor global inicialmente bloqueado em 2011 e 2015. Este aumento extraordinário abrangerá as pensões de invalidez, velhice e sobrevivência atribuídas pela Segurança Social e as pensões de aposentação, reforma e sobrevivência do regime de proteção social convergente atribuídas pela Caixa Geral de Aposentações, e já vai considerar a atualização de janeiro, em resultado da evolução da inflação e do crescimento da economia.

REFORMAS ANTECIPADAS
ATUALIZAÇÃO

Será alargado o complemento solidário para idosos a pensionistas que anteciparam as reformas a partir de 2014, ano em que foi introduzido um



Chumbo ao imposto da batata frita criticado
CDS-PP justifica eliminação com parecer do CES
O CDS-PP fintou o Governo e eliminou a criação do imposto sobre alimentos com excesso de sal ainda antes da proposta ir a votos. Os deputados aprovaram, com a abstenção do PCP, uma proposta do CDS-PP que eliminou a medida do Código dos Impostos Especiais de Consumo. As reações não se fizeram esperar: o bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães, acusou os deputados de estarem "mais preocupados com interesses económicos do que com as pessoas". O CDS-PP justificou com o alerta do Conselho Económico e Social para o aumento dos impostos indiretos para as famílias.

agravamento das regras pelo anterior Governo.

RECIBOS VERDES
REGIME SIMPLIFICADO

O novo regime simplificado de IRS abrange apenas os profissionais liberais e os outros prestadores de serviços (como os do alojamento local), deverá limitar a presunção automática de despesas, mantendo-se os coeficientes que atualmente existem (e que garantem uma dedução automática ao rendimento tributável),

mas uma parte ficará dependente das despesas suportadas e registadas no e-fatura, tendo estes trabalhadores de justificar 15% das despesas.

EDUCAÇÃO
MANUAIS GRÁTIS

Os manuais escolares dos 5.º e 6.º anos de escolaridade passarão a ser gratuitos em 2018. Ainda na área da educação, foi votada uma proposta para reduzir o número de alunos por turma nos anos

de início de ciclo no Ensino Básico, ou seja, nos 1.º, 5.º, 7.º anos.

MAIS CONTRIBUIÇÃO
JOVENS EM FÉRIAS

As empresas vão passar a pagar uma taxa contributiva de 26,1% pelos estudantes que queiram trabalhar durante as férias, sendo que a TSU paga habitualmente pelos empregadores é de 23,75%.

FUNÇÃO PÚBLICA
CARREIRAS
DESCONGELADAS

Será atribuído aos funcionários públicos um ponto por cada ano de serviço, sem prejuízo de garantia de aplicação de regimes mais favoráveis em vigor. Passará também a ser divulgada anualmente a previsão de entradas e saídas de trabalhadores da administração pública e do setor empresarial do Estado. Por outro lado, já a partir de janeiro do próximo ano, será reposto o pagamento integral das horas extraordinárias aos trabalhadores da função pública.

ENSINO
PROPINAS IGUAIS

Foi aprovado o congelamento do valor das propinas pagas pelos estudantes no Ensino Superior no ano letivo de 2018/2019. Ainda na área educativa, o Governo deverá, no prazo de seis meses, fiscalizar as cantinas escolares e avaliar a qualidade das refeições e os encargos com as respetivas concessões, quando existam, publicitando os respetivos resultados.

TRANSPORTES
PASSES COM
DESCONTO

O passe 4-18, que se destina às pessoas com idades entre os quatro e os 18 anos, vai ter "um desconto de 50%" a partir de janeiro. Este passe terá uma redução de 25% no preço "sem prejuízo dos descontos já previstos para os estudantes beneficiários de Ação Social Escolar". Além disso, o passe sub23@superior.tp vai passar a abranger todos os estudantes do ensino superior até aos 23 anos, inclusive, de todas as instituições de ensino superior no país.

IMPOSTO DE SELLO
CREDITO MAIS CARO



No crédito de prazo inferior a um ano (por cada mês ou fração) a taxa do IS sobe de 0,07%, para 0,08%, no crédito de prazo igual ou superior a um ano a taxa aumenta de 0,9% para 1% e no crédito utilizado sob a forma de conta corrente, descoberto bancário ou qualquer outra forma em que o prazo de utilização não seja determinado ou determinável (onde se incluem os cartões de crédito) a taxa cresce de 0,07%, para 0,08%.